



Discurso do Presidente da República em exercício, José Alencar, na cerimônia de entrega conjunta do Prêmio Nacional da Gestão Pública, da premiação do Concurso de Inovação na Gestão Pública Federal e do Prêmio DEST de Monografias

Palácio do Planalto, 14 de março de 2006

Excelentíssimo senhor ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo,

Quero também cumprimentar os ministros Nelson Machado, aqui presente, Luiz Fernando Furlan, Silas Rondeau e Márcio Fortes de Almeida,

Cumprimento todos os parlamentares aqui presentes, na pessoa da senadora Serys,

Senhores Antonino Marmo Trevisan, ilustre presidente do Conselho do Prêmio Nacional de Gestão Pública,

Excelentíssimas autoridades aqui presentes,

Senhores agraciados com o Prêmio Nacional de Gestão Pública, com o Prêmio DEST MP de Monografias Estatais e com o Concurso de Inovação na Gestão Pública Federal,

Senhoras e senhores,

O Presidente Lula me pediu que o representasse aqui nesta solenidade e me pediu, também, que dissesse que ele gostaria muito de estar aqui, especialmente pelo entusiasmo com que encara este Programa, que tem trazido benefícios realmente incomuns ao serviço público.

Então, ele me pede que traga um abraço de congratulações a todos os que estão envolvidos no Programa, desde o Antonino Trevisan, o Ministério do Planejamento na pessoa do ministro Paulo Bernardo, assim como também a



todos os premiados de hoje. Ele estaria presente, claro, e por isso já estava com o discurso pronto para lê-lo. Então eu vou ler o seu discurso.

Estes três prêmios são um exemplo dos esforços que temos feito – governo, sociedade e, em especial, os funcionários públicos –, por termos um Estado cada vez mais eficiente, transparente e acessível ao povo brasileiro.

Estou falando de uma estrutura democrática, que atenda de forma ágil e eficaz as muitas necessidades de nossa população, de uma máquina pública aberta aos anseios e à fiscalização populares. Um dos maiores desafios que enfrentamos nos últimos três anos foi exatamente o de construir um Estado brasileiro com essas características e, principalmente, um Estado com o tamanho certo.

Ele não pode ser imenso e burocrático, tão grande e pesado, que se torna lento, incapaz de cumprir suas obrigações republicanas. Não pode também ser o Estado mínimo que, num período recente da história do Brasil, negligenciou seus deveres, eliminou direitos da cidadania e alimentou privilégios, aumentando a desigualdade social.

Com a ajuda de toda a sociedade brasileira e particularmente de vocês, participantes e vencedores desses prêmios, estamos reconstruindo e modernizando as estruturas públicas, que foram sucateadas ao longo do tempo, e fazemos isso sem inchar o Estado.

Estamos trabalhando, desde 2003, pela valorização do servidor e fortalecimento das estruturas que atendem às demandas da sociedade por serviços públicos de qualidade. Reassumimos o controle de importantes serviços prestados por órgãos e setores que, na prática, haviam sido terceirizados. Este é o caso por exemplo, do atendimento e da perícia médica do INSS e também do quadro funcional das agências reguladoras.

Em três anos contratamos 60 mil servidores por concurso, suprimindo áreas essenciais, como é o caso da Polícia Federal, universidades, Incra, entre



muitas outras, dos quais 19 mil para substituir terceirizados e temporários, cuja situação foi considerada irregular pelo Tribunal de Contas da União.

Estamos profissionalizando o Serviço Público Federal. Hoje, 70% dos cargos comissionados, os DAS, são ocupados por servidores efetivos ou requisitados de outros órgãos, em cumprimento ao decreto que assinei em julho de 2005. Eu lembro, aqui, que o discurso é do Presidente, então quando eu digo que assinei, quem assinou foi o Presidente.

Buscamos também garantir aos servidores públicos, em geral, salários mais dignos e melhores condições para o desempenho de suas funções. Já em 2003, criamos a Mesa Nacional de Negociação Permanente com o funcionalismo, da qual participam oito ministros de Estado. Estamos, portanto, democratizando, cada vez mais, as relações de trabalho do Serviço Público Federal, evidenciando a importância dada ao diálogo e à negociação. Nossa política de recomposição salarial tem reduzido desigualdades e corrigido injustiças, beneficiando setores do funcionalismo que tiveram menores reajustes nos últimos anos. Trabalhamos com índices diferenciados por categoria, oferecendo reajustes maiores para os salários de menor valor. Fizemos isso, como vocês sabem, porque a tradição de reajustes lineares mantinha ou aprofundava as distorções.

Ao mesmo tempo em que procuramos valorizar o funcionalismo, estamos construindo um Estado mais eficiente e transparente. Aprofundamos as reformas nas áreas de planejamento e de orçamento para assegurar que, cada vez mais, a aplicação dos recursos públicos produza os resultados esperados pela sociedade. E isso se faz, é claro, evitando desperdícios e desvios e aumentando a eficácia da gestão pública. No ano passado, tornamos obrigatório o uso do Pregão Eletrônico na compra de bens e serviços de uso comum, itens quantificáveis como material de consumo nas repartições e gabinetes. Para isso, o governo federal capacitou tecnicamente cerca de 9 mil



servidores federais da área de compras em todos os estados da União. Além de reduzir custos das compras do governo, o Pregão Eletrônico é a modalidade mais segura de licitação, porque os fornecedores não são revelados até o final da licitação. Uma aquisição por Pregão Eletrônico leva cerca de 17 dias, enquanto uma concorrência demora até 120 dias. É também a modalidade mais transparente, porque permite a qualquer cidadão que tenha acesso à Internet acompanhar todo o processo por meio do Portal de Compras do Governo. A racionalização do processo de compras governamentais possibilitou ao país uma economia de 520 milhões de reais apenas no decorrer de 2005.

Minhas amigas e meus amigos,

Na Entrega do Prêmio Nacional da Gestão Pública do ano passado, assinei decreto criando o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, o Gespública. O objetivo desse programa é unificar ações, eliminar a sobreposição de medidas e funções, criando uma rede nacional de informações que ajuda a viabilizar uma gestão colegiada. Os esforços do nosso governo geraram várias ações importantes nesse sentido, e me permitem afirmar sem receio: estamos enfrentando e reduzindo a burocracia. Um bom exemplo de superação desses obstáculos burocráticos é o Importa Fácil Ciência, que facilita e desonera a importação de equipamentos, insumos e aparelhos instrumentais para cientistas e pesquisadores.

Antes, os cientistas e pesquisadores faziam essas importações como pessoas físicas comuns, pagando 60% de imposto de importação e mais 18% de ICMS, além de despesas com despachantes aduaneiros. Para piorar, a liberação das mercadorias só era possível em localidades onde a Receita Federal tinha estrutura alfandegária.

Hoje, além da isenção de impostos, o pesquisador e o cientista contam com uma moderna logística, que inclui o desembarço alfandegário, centralizado no centro de tratamento de correio internacional em São Paulo, e



a entrega em sua residência no prazo de dois dias.

Quero destacar, também, as ações desburocratizantes que adotamos no Banco do Brasil, possibilitando a concessão de crédito de forma simplificada, apoiando as atividades produtivas e permitindo a inserção de micro e pequenos empresários rurais no mercado. Com isso, foram beneficiadas setenta mil famílias nas regiões Norte e Nordeste, que receberam 169 milhões e 200 mil reais em créditos, com índice de inadimplência “zero”, repito, inadimplência “zero”.

Foi simplificando o processo e levando o Estado diretamente até o cidadão que conseguimos alguns dos maiores avanços do nosso governo. São os casos, por exemplo, da inclusão de mais de 600 mil famílias de agricultores no Pronaf e da construção de um cadastro nacional para o Bolsa Família, principal instrumento do Fome Zero, que já beneficia diretamente mais de 8 milhões e 700 mil famílias mais pobres do nosso país.

Todos aqui sabemos que é um desafio constante estruturar o Estado e torná-lo cada vez mais eficaz, em um país de população e território imensos como o Brasil. Mas a verdade é que estamos conseguindo, juntamente com a sociedade e com milhares de servidores da administração direta e indireta, enfrentar e vencer esse enorme desafio e é exatamente por isso que desejo estender os meus mais sinceros agradecimentos a todos vocês que dedicam a vida, o estudo, o trabalho e a inteligência, à tarefa de construir estruturas públicas nas quais os cidadãos possam depositar cada vez maior confiança.

Muito obrigado.